

# Que a USP descanse em paz! Disputas simbólicas entre jornalistas e acadêmicos em fins dos anos de 1980

**Aline Chiaramonte<sup>1</sup>**  
**Ana Paula Hey<sup>2</sup>**

## Resumo

O artigo analisa as disputas por legitimidade entre jornalistas e acadêmicos no final dos anos 1980, em São Paulo. Tendo como recurso heurístico o caso da “lista dos improdutivos”, a abordagem concentra-se nos conflitos que têm como centro a produção simbólica, i.é, uma visão única acerca das coisas do mundo. Enfatiza-se a criação, por jornalistas da *Folha de S.Paulo*, de uma *doxa* que opõe o Estado ao mercado, o primeiro tendo uma conotação negativa e o segundo positiva, revelando aspectos das disputas nos campos cultural e do poder durante a redemocratização. Entende-se que o jornalismo obteve sucesso na produção e difusão de uma *doxa* por ter papel central nesse período, tanto na formação de espaços de debate quanto ao dar voz e projetar agentes antes excluídos da vida pública. Demonstra-se que a *Folha* ao se modernizar, por meio da ação de jornalistas recém-chegados à imprensa, atribuiu-se a função de formar a opinião pública (seu público) e, em nome dela, legitimou-se para agir. Estabelecer a produção de um tipo de conhecimento que emerge pelo confronto marca o jornal como ator ativo no campo cultural contemporâneo.

**Palavras-chave:** Jornalismo. Redemocratização. Universidade de São Paulo. *Folha de S.Paulo*. *Doxa*.

1 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo. É bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ. E-mail: [aline.chiaramonte@gmail.com](mailto:aline.chiaramonte@gmail.com).

2 Professora no Departamento de Sociologia e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo.



**Direito autoral e licença de uso:** Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

Que a palavra escrita seja a corporificação naturalmente necessária de um pensamento, e não o invólucro socialmente aceitável de uma opinião. (Karl Kraus, 1909).

## Introdução

Os anos de 1980 são emblemáticos para a leitura do papel da mídia escrita na construção da redemocratização do País, tendo como pressuposto o estímulo dado à prática da democracia por meio da informação/formação dos cidadãos para atuarem nas coisas públicas. Em São Paulo, centro da análise ora proposta, há um movimento dos jornais em direção à modernização das empresas – informatização, adoção de maquinário de impressão de última geração (*offset*), renovação dos profissionais, criação e adoção de Manuais de Redação e de cursos de formação jornalística, avaliação e mensuração quantitativa do que se publicava. A *Folha de S. Paulo* (FSP) encabeça tal processo, conseguindo imprimir aos outros diários a feição e a velocidade das mudanças a serem realizadas. O periódico, que antes do transcurso da distensão tinha pouca expressão no mercado paulista, passa, depois do implemento do Projeto *Folha* (conjunto de medidas citadas adotadas na direção de modernizar-se técnica e profissionalmente), a concorrer mais fortemente pelo controle dos recursos simbólicos necessários para exercer o papel de produtora de notícias e, por consequência, de criadora de significados sobre o contexto da democratização e também acerca dos agentes que atuam nesse pleito. A frase – de autoria de Olival Costa, um dos fundadores da FSP –, selecionada pelos profissionais que conduzem o Projeto para abrir o primeiro Manual de Redação (publicado em 1984), expressa as concepções que orientam o jornalismo produzido que, além de cumprir a função de informar, seleciona e enquadra aspectos da realidade de modo a orientar o leitor. Sendo (o jornalismo) assim levado a cabo, cabe ao jornalista criticar, já que a realidade informada é conhecida por ele, apesar de parcial: “[...] quem quer literatura busca-a nos livros. A função do jornal é informar. Mas informar não é apenas noticiar: é, a um tempo, selecionar e orientar. No esforço de selecionar se acha subentendida a obrigação de criticar” (FOLHA, 1984, p. 2).

Há claramente um pano de fundo que permite entender essa concepção de jornal, relativo ao estabelecimento de um jornalismo profissional

voltado a apresentar pontos de vista, mas, sobretudo, revestidos de fatos – vale lembrar da criação do Datafolha em 1983<sup>3</sup> –, bem como de conhecimento especializado – os cadernos do jornal se consolidam em torno de áreas singularizadas, com a entrada de novos jornalistas-especialistas –, tendências que se concretizam nos anos posteriores. Outro aspecto correlato é a empreitada que a FSP opera no sentido de constituir o jornalista, extrapolando a formação redutora (segundo eles) do curso universitário, ao agregar recursos corporificados em agentes eficientes (BOURDIEU, 2000), posto que fusionam um projeto pessoal (são jovens universitários que carregam a ambição de protagonizar mudanças) à diretriz modernizadora do jornal voltada a formar a pauta da redemocratização.

Fortalecendo esse estilo, o jornal passa a empreender, por meio desses recém-chegados ao jornalismo, um embate com outros espaços sociais direcionado à legitimação de suas posições no corpo social. Aí se enquadra o objetivo principal deste artigo ao enfatizar a análise das relações entre dois universos de produção simbólica, a saber, o jornalístico e o acadêmico. Para cumprir tal propósito, recorreremos a uma situação empírica particular, o caso da “lista dos improdutivos” da Universidade de São Paulo (USP), por evidenciar disputas por legitimidade em dois níveis: no campo cultural<sup>4</sup> e no interior do campo do poder.

\*

## A “lista dos improdutivos”

O caso é deflagrado pela veiculação, em 21 de fevereiro de 1988, na FSP, de uma relação com os nomes dos docentes da USP que, segundo

---

3 *Criado como departamento de pesquisa e informática do Grupo Folha da Manhã, transforma-se em Datafolha em 1984, consolidando-se desde então como forte produtor de informações sobre temas voltados a gerar, na opinião pública, reações e elementos que levam a uma tomada de posição. O Instituto torna-se um dos principais na área da produção de pesquisas de opinião e eleitorais, servindo como medidor e indutor da percepção acerca dos problemas nacionais.*

4 *As disputas no campo cultural marcaram profundamente o processo de “modernização” da FSP. Exemplo cabal é a contenda expressa na oposição dos jornalistas envolvidos com a reforma do Folhetim e da Ilustrada ao tropicalismo, por representar os temas datados dos anos 1960, elegendo o concretismo como forma adequada desse novo período. Cf. em Niemietz (2017) a exposição detalhada de tal conflito e de como o jornalismo cultural passa a contestar padrões estéticos que estariam em desacordo com o momento social e político do país, mas com isso estabelecendo novos modelos e produtores.*

levantamento realizado pela reitoria da instituição, não publicaram trabalhos entre 1985 e 1986. A polêmica gerada pela divulgação da lista, somada à maneira pela qual ela é levada a público, em um periódico de grande circulação, com chamada na primeira página, e antes de revelada aos professores, rendem uma série de debates entre acadêmicos e jornalistas. Por cerca de duas semanas, artigos, análises, cartas, petições, publicidade paga etc., invadem as páginas do jornal. O caso repercute por mais de dois meses no periódico, extrapolando também a FSP.

\*

Ao examinarmos o caso, observamos primeiramente que, por trás da defesa da transparência dos assuntos da universidade, a FSP rechaça o modo (ultrapassado, segundo sua concepção) como são produzidos conhecimento e cultura pela academia. Além disso, os jornalistas buscam impor a necessidade de modernização das instituições públicas e da sociedade brasileira em vias de se redemocratizar e para isso utilizam imagens negativas construídas sobre o trabalho docente.

Para compreender como foram gestadas as concepções expressas pelos jornalistas, as quais foram sendo forjadas ao longo da sua passagem por determinados espaços de socialização, analisamos suas trajetórias, verificando a presença de certas características definidoras de uma geração de jovens profissionais, que, dadas as novas condições dos espaços jornalístico e cultural, propõem e realizam transformações no *modus operandi* da FSP. Para esses jornalistas, a modernização do jornalismo, da esfera cultural e da sociedade brasileira atende a uma necessidade de adaptação ao novo contexto democrático e a uma nova fase do capitalismo.

## **As disputas por legitimidade no campo cultural e no campo do poder**

Pierre Bourdieu, em *Sobre a televisão* (BOURDIEU, 1997, p. 101, grifo do autor), alerta para

[...] a influência que os **mecanismos** de um campo jornalístico cada vez mais sujeito às exigências do mercado [...] exerce, **em primeiro lugar sobre os jornalistas** (e os intelectuais jornalistas) e, em seguida, e em parte através deles, sobre os diferentes campos de produção cultural.

Nesse sentido, para o sociólogo, as restrições estruturais que pesam sobre o campo jornalístico (e sobre os agentes que nele atuam), ele próprio submetido às pressões do mercado, i.é., à lógica da corrida pelo furo, modificam as relações de força no interior dos campos, afetando a produção de bens culturais.

As críticas levantadas pelo autor à modificação, pelo jornalismo, das relações de força no interior dos campos de produção de bens culturais devem-se ao fato de que elas levam a uma diminuição da autonomia, a qual é essencial para que obras de valor especificamente artístico, literário e intelectual sejam criadas. É com esse enfoque que ele examina as relações entre o polo de produção restrita, para os pares, do campo cultural, e o polo de produção para o público mais amplo.

Partindo da ótica proposta por Bourdieu (1997), entendemos que, somada à injunção econômica do campo jornalístico sobre os demais espaços de produção cultural, há uma imposição política, à medida que o jornal sob análise (a FSP) coloca-se, no caso da “lista dos improdutivos”, como porta-voz da “opinião pública”, reivindicando, em nome da democracia, o direito de expor a um público mais amplo assuntos antes restritos à disputa entre pares. Assim, seguindo Champagne (2016, p. 13), interpretamos o caso da lista como um acontecimento no qual é possível observar que:

[...] um novo princípio de legitimidade proveniente do campo político tende, assim, a impor-se ao domínio cultural (em sentido amplo), donde os meios de comunicação (a televisão, mas também a imprensa de grande tiragem) e a prática generalizada das sondagens de opinião a propósito de tudo e de nada são os agentes mais ativos. Esta combina a legitimidade política ligada ao regime democrático com a lógica econômica da audiência, e faz do princípio majoritário o princípio último, permitindo dividir, hierarquizar e classificar as obras, os artistas, as emissões<sup>5</sup>.

Atendendo ao que a “opinião pública” deseja saber, pretendendo agir assim democrática e politicamente, as mídias exibem o que, na verdade,

---

5 No original: “Un nouveau principe de légitimité issu du champ politique tend ainsi à s'imposer dans le domaine culturel (au sens large) dont les moyens modernes de communication (la télévision mais aussi la presse à grand tirage) et la pratique généralisée des sondages d'opinion à propôs de tout et de rien sont les agents plus actifs. Celui-ci combine la légitimité politique attachée au régime démocratique avec la logique économique de l'audience et fait du principe majoritaire le principe ultime permettant de trancher, de hiérarquiser et de classer les oeuvres, les artistes, les émissions.” (CHAMPAGNE, 2016, p. 13).

seu público específico, que compra, assiste, assina, quer ler/ver. A lógica política submete-se, desse modo, à lógica econômica. Nessa direção, a produção de “eventos”, de “casos”, funciona como uma vitrine para a venda de jornais (CHAMPAGNE, 2016). Em nome de um debate amplo e progressista, centrado na transparência exigida pelo regime, criam-se “casos” que, na verdade, visam a atrair o leitor/telespectador.

De acordo com Grün (2011, p.155 ss.), as lógicas econômica e política que regem o campo do jornalismo contribuem para a criação do que ele chama de “campo do escândalo”. Para o autor, a concorrência e a colaboração entre jornalistas e jornais, entre si e com outros agentes sociais, leva à produção de escândalos, os quais funcionam de modo a assentar na ordem do dia uma agenda, a alavancar carreiras e a colocar em evidência elites no campo do poder. Adicionando à interpretação e à metodologia bourdieusiana – o uso da noção de “campo” para entender os mecanismos dos escândalos – elementos da sociologia pragmática (GRÜN, 2011, p. 152) entende que esses artefatos sociais são uma “[...] evidência do vigor em que a sociedade discute, preserva ou altera as normas que ela reputa corretas ou erradas”.

A interpretação proposta pelo autor permite que pensemos o caso da lista multidimensionalmente, pois ele revela a tentativa de introduzir uma nova agenda – e até mesmo de prescrever novas normas (mais ligadas ao mercado e à livre concorrência) – não só nos campos jornalístico e acadêmico. Como buscamos evidenciar na análise, por meio da desqualificação da universidade pública e do trabalho acadêmico há a busca pela imposição de uma visão sobre as instituições estatais e acerca da organização do mundo social, colocadas no centro do processo de redemocratização. A universidade pública torna-se alvo dos jornalistas justamente por ser eleita concorrente na elaboração de concepções sobre a sociedade brasileira, uma vez que os quadros pertencentes e/ou provenientes da instituição se constituíram em ativos criadores de teorias e projetos relativos aos rumos que o país seguiria depois da queda do regime militar.

Além disso, a universidade ocupa um lugar central na reprodução cultural das elites que atuam no campo do poder (BOURDIEU, 1996). Desqualificá-la simboliza colocar em xeque o papel de reprodução que ela

cumprir até ali. Significa afirmar que, enquanto instituição pública – dotada da capacidade de gerar uma hegemonia cultural –, ela deveria perder centralidade em uma sociedade cada vez mais dominada pelo princípio do mercado. Assim, a tentativa de imposição de uma *doxa* jornalística sobre a universidade revela igualmente o que estava em jogo nesse campo do poder.

Segundo Bourdieu (1996, p. 264), o campo do poder é “[...] um espaço de forças estruturalmente determinado pelo estado das relações de poder entre formas de poder, ou entre diferentes formas de capital.”<sup>6</sup> Constitui-se em um universo no qual os agentes dominantes (portadores de capital econômico ou cultural) dos seus campos específicos lutam para preservar ou transformar as relações de poder. São disputas a respeito de qual forma de poder (ou capital) dominará as demais, para “[...] ditar o **princípio dominante de dominação**.”<sup>7</sup> (BOURDIEU, 1996, p. 265, grifo do autor). Esses conflitos também são, “[...] inseparavelmente, sobre o legítimo modo de reprodução dos fundamentos da dominação.”<sup>8</sup> (BOURDIEU, 1996, p. 265).

Assim, o caso da “lista dos improdutivos” revela-se como uma amostra das lutas ensejadas pela elite de jornalistas da FSP para legitimar o “legítimo princípio de legitimação”<sup>9</sup> (BOURDIEU, 1996, p. 265), o mercado, nas disputas que entram no campo do poder. A universidade, nesse sentido, é atacada por ligar-se ao Estado, ao público, ao que deve ser substituído. A *doxa* jornalística ganha força à medida que, nas próprias disputas políticas pela democracia, o Estado autoritário é rechaçado, juntamente com toda concepção do que é público ligado a ele.

Nessa direção, em *Sobre o Estado* (2014), Bourdieu oferece exemplar análise acerca do poder do Estado em organizar a vida social por meio da imposição de estruturas de pensamento e de consensos sobre o sentido

---

6 No original: “[...] a field of forces structurally determined by the state of the relations of power among forms of power, or different forms of capital.” (Bourdieu, 1996, p. 264).

7 No original: “[...] to dictate the **dominant principle of domination**.” (BOURDIEU, 1996, p. 265, grifo do autor).

8 No original: “[...] inseparably, the legitimate mode of reproduction of the foundations of domination.” (BOURDIEU, 1996, p. 265).

9 No original: “the legitimate principle of legitimation.” (BOURDIEU, 1996, p. 265).

do mundo, em que a ideia de público – como universal, por todos e para todos – constitui-se em objeto de disputa ali e com outros espaços. Essa disputa em torno da definição e do controle dos recursos simbólicos que se traduz em poder político é que vem à tona com o papel da imprensa escrita no período aqui examinado, em claro conflito pela determinação mesma de Estado junto àqueles que poderiam influenciar tal sentido. Em nome da contestação do monopólio do que seria público opõe-se seu extremo, o mercado, como força reguladora do universal. Estabelece-se uma querela pelo mercado de bens simbólicos, cujo centro recai em quais são os atores e instituições que precisam ser desestabilizados para que a imprensa se legitime nos setores sociais influentes – elites culturais, econômicas e políticas. Do interior da universidade também se verifica essa intenção, sendo que a pesquisa de Hey (2008) demonstra como alguns acadêmicos vão exercer tal disputa simbólica em torno da definição mesma de educação superior aliando-se com setores da política para obter sua força. Entre eles está justamente José Goldemberg envolvido no caso da lista dos improdutivos (reitor da USP no momento da sua publicação) e na construção da *doxa* sobre a universidade, membro atuante do campo do poder desde então.<sup>10</sup>

## **A construção de uma *doxa* jornalística e a legitimidade da informação dominante**

Durante o caso da “lista dos improdutivos” há a explicitação de uma *doxa jornalística*, um modo de pensar homogêneo e homogeneizador que revela as ideias modernizantes que os jornalistas da FSP procuravam incutir e disseminar sobre o jornalismo, a cultura e a sociedade brasileira.

Entendemos que os jornalistas, fazendo uso da capacidade da FSP de atingir um público composto em sua maioria de leitores de classe média<sup>11</sup>, procuram “[...] produzir e impor representações [...] do mundo social capazes de agir sobre esse mundo, agindo sobre as representações dos agentes

<sup>10</sup> Para saber mais, ver: Hey (2008, 2005).

<sup>11</sup> Apesar de não estarem disponíveis fontes para consulta sobre a origem social do público da FSP no final dos anos de 1980, autores como Capelato e Mota (1981) e o próprio Otavio Frias Filho (1988, apud Niemietz, 2017) apontam para o fato de que os leitores (e o público em potencial) a ser atingido pelo jornal era de classe média. Podemos acrescentar: de frações de classe média urbana e com nível alto de escolarização, dotadas de recursos cognitivos adequados à lógica assumida pelo jornal no período, qual seja, a do fato construído.



a seu respeito.” (BOURDIEU, 2008, p. 117). Os jornalistas atuam, então, no sentido de construir uma nova *doxa*, uma:

[...] **pré-visão paradoxal** (utopia, projeto, programa) [...] Enquanto enunciado **performativo**, a pré-visão política é, por si só, uma pré-dição que pretende fazer acontecer o que ela enuncia; ela contribui praticamente para a realidade do que enuncia pelo fato de enunciá-lo, de prevê-lo, de fazê-lo prever; por torná-lo concebível e sobretudo crível, criando assim a representação e a vontade coletivas em condições de contribuir para produzi-lo. (BOURDIEU, 2008, p. 118; grifo do autor).

É a partir da elaboração de uma imagem negativa do trabalho docente que os jornalistas assentam sua *doxa*, colocando-se como portadores das verdadeiras ideias, afinadas com o presente e com a nova ordem política e econômica que se afirma no Brasil dos anos de 1980.

Assim, em primeiro lugar, os acadêmicos são apresentados como improdutivos. Para consolidar a imagem de que muitos se acham nessa condição, o jornal recorre a números: “[...] dos 4.398 docentes contratados em Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) e em Regime de Turno Completo (RTC), 1.108 não publicaram um só trabalho nem em 85, nem em 86.” (FROMER, 1988). Os salários dos professores são veiculados para criar a sensação entre os leitores de que os professores trabalham pouco e recebem muito: “[...] o salário-base de um professor titular é (Cz\$ 120.260,81)<sup>12</sup>, mas com o acréscimo dos quinquênios e titulação, além de outras promoções, ele acaba recebendo mais que o dobro deste salário.” (FROMER, 1988). A editora de Educação e Ciência da FSP, que assina a primeira reportagem sobre o caso, fornece, em seu texto, dados sobre a carreira dos docentes, afirmando que mesmo não publicando, estes conservariam seus empregos:

Os professores da USP estão divididos em carreiras que vão do MS-1 (auxiliar de ensino) a MS-6 (titular). A partir de MS-2 (mestre) os docentes adquirem estabilidade: eles não podem ser demitidos. Portanto, a maioria dos professores que estão na lista pode passar o resto de sua carreira sem produzir nada e nem por isso perder seu emprego. (FROMER, 1988).

Nas matérias assinadas, nos editoriais e nos artigos dos colaboradores, há a reiteração exaustiva da ideia de que a universidade tinha uma série de

---

12 O salário mínimo em fevereiro de 1988 era de Cz\$5.280,00. Para saber mais, ver: PORTAL BRASIL [2017].

problemas. A uma imagem negativa dos docentes corresponde, igualmente, uma imagem negativa de seu local de trabalho. A avaliação foi apontada como um caminho para tirar a universidade de sua péssima condição:

O movimento de avaliação da USP, apesar da base técnica relativamente primitiva, baseada exclusivamente em uma enumeração indiscriminada de artigos publicados, deve ser elogiado com entusiasmo, pois é um começo e um exemplo para a recomposição de uma postura saudável na **agonizante universidade brasileira**. (LEITE, 1988, grifo nosso).

Do ponto de vista dos jornalistas da FSP, o setor público em sua totalidade está em uma situação similar:

Se a mais produtiva e equipada das universidades públicas do país não puder andar nessa direção [da avaliação] por sua conta, tendo capacidade intelectual de sobra para tanto, pode acabar na mesma situação de tantos órgãos do Estado onde há crise. Essa crise dos órgãos do Estado é dada por uma situação onde a poupança do setor público é negativa e os recursos são escassos. É evidente para toda a sociedade que o papel do Estado tem que ser repensado. **O ensino público não vai escapar desse processo. O surgimento do debate nesse momento está ligado a esse problema**. (CALDEIRA, 1988, grifo nosso).

Os jornalistas partem de uma crítica pontual a um grupo específico – os acadêmicos improdutivos, ou melhor, o retrato dos acadêmicos improdutivos construído por eles – para expressarem seu ponto de vista sobre a forma como as instituições (públicas) vinham sendo geridas e financiadas pelo Estado brasileiro. Matinas Suzuki Jr., Secretário de Redação da FSP na época da publicação da lista, estabelece essa conexão quando, em artigo-resposta às críticas feitas pelos professores, expõe, não sem um tom de zombaria, o que pensariam os docentes, profissionais, segundo ele, privilegiados:

É compreensível que os professores queiram independência dos rumos da sociedade [...] Mas é muita ingenuidade ou muita má fé não saber que a sociedade da qual estão dissociados não vai cobrar por isso. Como **privilegiados do mundo do trabalho (não têm patrões, não têm obrigações de produtividade, não batem cartão de ponto, escrevem quando querem, dão aulas sobre os temas que estão pesquisando e não com base em um programa que leve em consideração as reais necessidades dos alunos etc.)**, como atletas de um exercício em que figuram como os últimos que conseguem a autonomia frente à alienação do trabalho no mercado, desprezam profundamente a mediocridade do dia a dia dos mortais comuns. É por isso que olham os jornais com tanta superioridade.

Atacam a ligeireza dos artigos que os escravos da mercadoria são obrigados a produzir. Todo texto que um jornalista escreve, coloca seu pescoço em risco: o de ser mal recebido pelo público, de ser processado pelo político ou pelo corrupto, de ser estigmatizado como reacionário, comunista etc., e até de perder seu emprego pela não aceitação de suas palavras e ideias. Esta lição das coisas não existe para os acadêmicos, já que o **seu patrão é socialmente abstrato, complacente e conivente**. Foram eles mesmos que mostraram que este desprezo tem origens históricas, vem do favor e do pavor da humilhação do trabalho braçal, via escravidão. E estão de tal forma acostumados a este tipo **de relação com o pai-Estado-patrão** [...] (SUZUKI JR., 1988, grifo nosso).

Dessa maneira, segundo Suzuki Jr., a lógica de financiamento e de organização da universidade, fundada sobre recursos públicos, faz grassar no interior da instituição certa mentalidade, a qual fomenta tanto alguns males, como improdutividade, quanto o ódio àqueles que se rendem ao mercado, os jornalistas. No excerto extraído do artigo há uma explícita inversão: se os acadêmicos concebem seu trabalho como superior por não precisarem se submeter ao jugo do mercado – já que eram financiados pelo Estado –, e isso traz o atraso, a improdutividade e o corporativismo para dentro dos muros da universidade, o certo é, segundo o jornalista, voltar-se para o mercado, libertando-se do domínio do Estado. A FSP, de acordo com Suzuki Jr., acorda para a realidade brasileira e mundial, enquanto a universidade ainda está presa ao passado, a uma mentalidade ultrapassada. Nesse sentido, o jornal pode se enxergar como um concorrente cultural superior à USP:

São os ressentidos da universidade que querem condenar a *Folha*. Estão utilizando o episódio da malfadada lista para remorder e destilar a sua condição de **ultrapassados pelo dinamismo social**. Estão atacando a *Folha* não porque ela tocou num ponto sensível da mazela universitária, mas porque querem que este jornal se culpabilize por não ter ficado **parado na história** junto com eles. Que culpa tem o jornal se **a universidade não consegue responder a uma sociedade mais moderna e mais tecnologizada? Que culpa tem a Folha se a USP é nocauteada toda vez em que tem que enfrentar a realidade?** [...]

Mas o mais fundamental de tudo, o verdadeiro alvo da ira contra a *Folha*, é que **esse jornal deixou de reconhecer a USP como única fonte de verdade, deixou de assinar embaixo da sua explicação para os caminhos da sociedade brasileira e, mais do que isso, deixou de legitimar integralmente o conceito que a USP promove do que é verdade, do que é cultura, do que é arte, do que é participação e transição democrática e, por fim, do que é razão. A USP não pode se rebaixar ao confronto com outras verdades, principalmente com a mais terrível de todas, o mercado.**

Esse medo impotente engendrou o ressentimento. Que a USP descanse em paz (SUZUKI JR., 1988, grifo nosso).

No excerto ficam patentes os princípios que regem o modo de pensar dos jornalistas que trabalhavam na FSP. A universidade pública é retratada como atrasada, ultrapassada pelo dinamismo do jornalismo *up to date* com uma sociedade mais tecnológica. Tendo feito a escolha correta e se rendido “à verdade mais terrível de todas” (SUZUKI JR., 1988), o que aparece na *Folha* em termos culturais pode ser considerado até mesmo superior aos produtos acadêmicos, classificados como “tediosos, perda de tempo” (SUZUKI JR., 1988).

A *doxa* propalada pelos jornalistas da FSP baseia-se, então, na oposição entre mercado (considerado positivo) e Estado (considerado negativo). Ela constitui-se, assim como a *doxa intelectual* analisada por Louis Pinto (2009), em um “[...] conjunto relativamente sistemático de palavras, de expressões, de *slogans*, de questões e de debates cujas evidências partilhadas delimitam o pensável e tornam possível a comunicação.” (PINTO, 2009, p. 6). Desse modo, quando se trata de pensar sobre a cultura e a sociedade brasileiras, os jornalistas (e, em grande medida, seu público) ativam uma série de palavras, debates, expressões etc., que dividem e hierarquizam o mundo social a partir do par de oposição principal que estrutura o pensamento (mercado *versus* Estado). Da análise dos escritos dos jornalistas foi possível extrair alguns dos elementos da *doxa*, evidenciados nas palavras e expressões dispostas no quadro a seguir:

**Quadro I – Pares de oposição constituintes da *doxa* jornalística**

<b>Mercado</b>	<b>Estado</b>
Aberto	Fechado
Sociedade moderna e tecnologizada	Ultrapassado
Independência	Dependência
Responsabilização	Prerrogativas
Criatividade, irreverência, vanguardismo, dinamismo	Solidez, persistência, padronização, rotinização
Instabilidade	Acomodação
Jovem	Velho

Fonte: Elaboração própria

Um exemplo de como esses esquemas são mobilizados para pensar outras instituições observa-se no artigo de Matinas Suzuki Jr. (1988), ao comentar o caso da Embrafilme<sup>13</sup>:

Como os critérios da irmandade da USP não passam por nenhum crivo social, são eles que decidem entre eles mesmos quem é bom e quem é ruim, o que está certo e o que está errado, o que é verdade e o que não é verdade etc. A coisa funciona mais ou menos como nos bons tempos da Embrafilme, quando os cineastas agrupados corporativamente decidiam eles mesmos quem deveria receber financiamento e quem não deveria e o que era bom ou ruim no cinema brasileiro. E aí daquele que tentasse meter seu bedelho tentando lembrar que aquela verba era dinheiro do contribuinte. De uma maneira geral, intelectuais brasileiros raciocinam assim: é uma obrigação do Estado financiar o meu trabalho que é importantíssimo para o país e para a cultura. A sociedade deve pagar a conta sem chiar. Todas as vezes em que ela tentar reclamar monta-se um dispositivo ideológico para difundir a ideia de que estão querendo acabar com o cinema brasileiro, desmoralizar uma instituição respeitável como a USP e por aí vai.

O jornalista iguala a situação da USP à da Embrafilme – ambas são financiadas pelo Estado e, portanto, propensas a vícios: corporativistas, acham que são “independentes” da sociedade. Para Suzuki Jr. essa “independência” está somente na cabeça dos acadêmicos e dos cineastas. Na verdade, por serem dependentes do Estado, do dinheiro público, essas instituições devem prestar contas para a sociedade. A FSP, por outro lado, empresa privada, pode ser realmente independente à medida que funciona com base nas leis do mercado. Ademais, os profissionais que ali trabalham são responsabilizados caso não atendam às expectativas dos seus patrões, seu pescoço é sempre colocado em risco.

Em seus escritos, os jornalistas buscam estabelecer as diferenças entre o jornalismo (privado) e a universidade (pública). Com isso, pretendem legitimar sua posição no espaço cultural. Afirmando-se enquanto jornalistas e

---

13 *A Empresa Brasileira de Filmes (Embrafilme) foi criada em 1969, atuava no sentido de fomentar a produção e a distribuição de filmes nacionais. Em relação à partilha das verbas destinadas ao cinema efetuada pela empresa, alguns diretores e produtores criticavam que esta era feita de forma a privilegiar um grupo específico. No final dos anos de 1970 e durante toda a década de 1980, houve redução do investimento estatal na Embrafilme, ao mesmo tempo em que o mercado nacional de cinema enfrentava a concorrência das grandes produções norte-americanas. Ao longo da crise pela qual passou nos últimos anos de vida, a empresa foi acusada de clientelismo e de mau uso dos recursos públicos. Em março de 1990 ela foi extinta pelo governo Collor de Mello.*

fazendo elogios ao *métier*, colocam-se como concorrentes dos intelectuais. Nesse sentido, a FSP, para eles, produz tanto jornalismo quanto cultura – esta considerada como superior à elaborada na USP, já que o jornal está afinado com o que tinha de mais moderno:

Diga-se de passagem, que o pós-yuppismo desavisado dos ex-alunos cegos da USP contribuiu na “Ilustrada”, nas décadas recentes, muito mais para a cultura brasileira, do que toda uma tese gestada durante anos de trabalho reflexivo desinteressado [...] A USP acha que só ela é cultura no Brasil. (SUZUKI JR., 1988).

Em suma, para legitimar e conservar a posição de importância alcançada pela FSP no espaço jornalístico (desde 1986 ela passa a ocupar a posição de maior jornal em circulação no País<sup>14</sup>), os profissionais que lá trabalham argumentam no sentido de demonstrar que, pelo fato de o periódico ter se modernizado, tornando-se independente do mundo acadêmico e consciente dos desejos do seu público, o jornalismo produzido por ele bate o da concorrência. Como veremos no próximo tópico, só foi possível haver episódios como o caso da lista, em que os jornalistas defendiam a posição da FSP, porque o jornal soube aproveitar as mudanças conjunturais dos anos de 1980 para ocupar um papel central no jogo jornalístico.

Como já dissemos, a estratégia engendrada pelos jornalistas de tornar a FSP independente do poder acadêmico foi um lance no jogo do espaço jornalístico para trazer destaque à publicação. No entanto, conforme argumentaremos em tópico dedicado a isso, o objetivo desses profissionais era maior: como demonstra a análise de suas trajetórias, os jornalistas possuíam pretensões culturais. Consistindo em sua maioria em jovens recém-saídos dos bancos da universidade, buscam renovar a cultura de seus mestres utilizando o *marketing* do mercado e o jornalismo como forma de conhecimento.

## **Mudanças no espaço do jornalismo e a nova posição dominante da FSP**

Durante a ditadura militar, principalmente em sua fase final, o espaço jornalístico passa por reconfigurações estruturais, as quais dão ensejo à

<sup>14</sup> Para saber mais, ver: PATURY [2011].

criação de novas relações entre os jornais, seus concorrentes e os intelectuais. Apontamos a seguir os movimentos da FSP, que soube aproveitar as circunstâncias favoráveis do período.

Os movimentos que levam a FSP a conquistar o mercado de leitores, podendo ser considerado o veículo com a maior tiragem do País, começam em 1974, quando é indicado para presidente Ernesto Geisel, general pertencente ao grupo que se opõe à linha dura do regime militar. As articulações que ocorrem antes da sua posse incluem uma conversa entre o futuro chefe da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva, e Octavio Frias de Oliveira, sócio proprietário da FSP. Golbery expõe ao *publisher* o projeto de distensão política, dando a entender que o jornal teria espaço para atuar durante o processo. Depois do encontro, Octavio Frias de Oliveira reúne-se com Cláudio Abramo, Ruy Lopes, Boris Casoy (todos jornalistas com cargos de direção na *Folha*) e seu filho Otavio, tendo em vista ponderar qual seria a linha que o jornal iria adotar dali em diante. Além das razões mercadológicas, que apontam um nicho para um jornal de oposição ao regime militar, contribui para a opção pela mudança também o fato de que a FSP é o único jornal paulista sem dívidas consideráveis com o governo. O *Estado de S. Paulo*, por exemplo, investe na construção de uma fábrica de papel e da nova sede na Marginal Tietê, ficando com dívidas consideráveis (DINES, 1997, p. 120).

Reunidas essas condições – conjunturais, políticas e econômicas –, o tino empresarial e político de Octavio Frias de Oliveira e um time de jornalistas que se opõem ao regime militar<sup>15</sup>, é possível dar os passos em direção a uma linha editorial mais independente. Nesse sentido, a FSP passa por uma série de reformas capitaneadas por Cláudio Abramo, secretário de redação na época. Segundo Otavio Frias Filho, essas foram reestruturações de cunho “politizante”, as quais abrem espaço para que também pessoas e movimentos de esquerda participem ativamente do debate sobre a abertura política no jornal (FRIAS FILHO, 1997, p. 355).

De acordo com CAPELATO & MOTA (1981, p. 236–237), convivem na *Folha* em meados dos anos de 1970 e começo dos de 1980:

---

15 No período foram contratados jornalistas como Perseu Abramo, Alberto Dines e Paulo Francis.

Os “neoliberais” começaram a aparecer, amiúde, e as propostas de reformulação partidária ensaiam seus primeiros passos na página 3. Em artigos polêmicos, o economista Bresser Pereira chegará a formular propostas para um partido socialista, enquanto, mais à esquerda, Almino Afonso procurará revitalizar uma visão popular da democracia. O jurista e professor Dalmo de Abreu Dallari, então presidente da Pontifícia Comissão Justiça e Paz, fará da página 3 uma de suas principais tribunas, enquanto o ex-ministro Severo Fagundes Gomes retomará a temática da independência e da crítica à ausência na História do Brasil, de um projeto nacional. Em “Tendências e Debates”, de Plínio Corrêa de Oliveira, da TFP, conviverá lado a lado com Fernando Henrique Cardoso ou Plínio de Arruda Sampaio. Ou os conservadores reitor José Carlos de Azevedo, de Brasília, e o ideólogo Gilberto Freyre, com as novas frentes de pensamento, de Marilena Chauí e Francisco Weffort a Lula, mais recentemente.

*A Folha* abre espaço para que novos (e velhos) atores sociais expressem suas demandas. Além disso, como aponta MELO (1996, p. 145), “[...] a notícia sobre democracia tornou-se uma mercadoria editorial” – a volta de tal regime político é desejada por diversos segmentos sociais: os setores populares anseiam pela melhoria das condições de vida e por uma maior participação política, alguns grupos de esquerda veem na democracia a luta a ser travada contra a ditadura, enquanto os liberais desejam a volta do regime constitucional e do jogo político, desiludidos economicamente com a ditadura.

O clima de politização começa a tomar conta também da imprensa, com a criação, incentivada por setores do Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, do Conselho Consultivo de Representantes de Redação (CCRR), órgão que propõe a ampliação da participação dos jornalistas nas redações. A partir desse momento, as relações entre os jornalistas e os donos dos jornais começam a mudar, principalmente depois da greve de 1979<sup>16</sup>, a qual, segundo Ghedini (2012), marca o início de um processo de desmonte sindical e de desarticulação dos jornalistas nos locais de trabalho, preparando o terreno para os processos de modernização e informatização das redações.

---

16 *As principais reivindicações dos jornalistas participantes do movimento grevista eram a recuperação das perdas salariais decorrentes da manipulação da inflação pelo governo e a garantia de estabilidade aos jornalistas que faziam parte do CCRR. Esta última exigência foi o motivo para que, seis dias depois de seu início, o Tribunal Regional do Trabalho decretasse a greve ilegal. Segundo o órgão, a demanda de estabilidade não fazia parte dos acordos coletivos anteriores, não cabendo aos jornalistas incluí-la em um pedido fora da data-base da categoria (GHEDINI, 2012; SILVA, 2008). Além da ilegalidade, Capelato & Mota (1981) e Ghedini (2012) ressaltam que o movimento grevista foi vencido também porque os donos dos jornais conseguiram continuar produzindo, mesmo com grande redução da mão de obra.*



Para os fins deste artigo, é interessante observar como esse contexto de reconfiguração das relações entre sindicato e empresas se traduz no jornal FSP. O depoimento de Otavio Frias Filho<sup>17</sup> mostra o ponto de vista daqueles que dirigem o jornal e estão ligados à defesa dos seus interesses comerciais:

Era um clima difícil, de muita agitação sindical. Era muito frequente, por exemplo, eu tomar uma decisão e a redação parar. Então eu tinha que receber uma comissão, que vinha discutir por que foi tomada tal decisão, por que não sei o quê... Havia uma mobilização muito grande, um clima de grande liberdade interna, de grande possibilidade de expressão [...] e as pessoas achavam que o próximo passo seria a autogestão. Houve incidentes. Tive, por exemplo, a minha sala invadida pela editoria de esportes, porque demiti o editor e eles não aceitavam isso. Faziam ameaças: “A gente vai quebrar as máquinas!” Era realmente um ambiente pré-revolucionário. E eu estava achando que ia virar uma espécie de Kerensky ali dentro... Estava administrando como conseguia administrar[...]

Reuni então um grupo de pessoas com as quais eu tinha naturalmente afinidade, até geracional, e chegamos ao diagnóstico de que tinha havido uma politização excessiva, de que, com o fim do regime militar, as coisas deixariam de ser consideradas dicotomicamente, como vinham sendo até então, e de que seria bom revalorizar os aspectos mais técnicos, mais profissionais do jornalismo, em detrimento da ideologização, ou da politização. (FRIAS FILHO, 1997, p. 359–360).

À crescente oposição dos jornalistas, são impostas medidas de caráter técnico buscando neutralizar a politização crescente na *Folha*. Essas medidas são implantadas por jovens jornalistas com postos estratégicos no jornal, cooptados pelo próprio Otavio de acordo com afinidades de socialização em certos espaços específicos, notadamente a universidade e o movimento estudantil.

## **Os agentes da modernização: as trajetórias dos yuppies-jornalistas da FSP**

Alzira Alves de Abreu, no livro *A modernização da imprensa (1970–2000)* (2002), realiza 55 entrevistas com jornalistas atuantes no período estudado, chegando à seguinte conclusão:

---

<sup>17</sup> Na época, Otavio Frias Filho ocupava o posto de Secretário do Conselho Editorial, órgão que foi criado na *Folha* em 1978.

Mudou, para começar, o perfil dos jornalistas que ocupam posições estratégicas e de maior prestígio na mídia. Os atuais diretores de redação, chefes de editorias e de sucursais, iniciaram a vida profissional nos anos 70 e 80, e em geral têm formação universitária em jornalismo, ciências sociais ou história. Os jornalistas que ocupavam essas mesmas posições na década de 1970, e que haviam iniciado a carreira no pós-guerra ou durante os anos 50, hoje são colonistas de prestígio ou ocupam cargos especiais, mas não detêm posição de direção. Entre os que têm formação superior, predomina o curso de direito. Mas há um contingente expressivo de grandes jornalistas sem curso superior ou sequer o secundário completo. A escola desses jornalistas foi o próprio jornal. (ABREU, 2002, p. 39).

A análise das trajetórias dos jornalistas que realizam a reformulação da FSP nos anos 1980 corrobora os achados de Abreu (2002) à medida que a característica principal que define o grupo é a posse de diploma de ensino superior, em especial em jornalismo e em ciências humanas, como forte marcador de prestígio. Outro traço presente nesses agentes é a manifestação de certa pretensão cultural, que se materializa nos livros publicados por eles, que vão desde relatos a respeito da vida de repórter, passando pelos romances e pela crítica cultural, chegando a incursões pela literatura infanto-juvenil<sup>18</sup>. Segundo Marcelo Coelho (1988), essa geração era formada por:

[...] um tipo profissional de extração mais alta do que o comum nas antigas redações. Padrões de consumo sofisticados, formação universitária em Ciências Humanas, pretensões e presunções intelectuais muito acima dos padrões vigentes no jornalismo de há dez ou vinte anos vão compondo esse tipo de “yuppie”.

Os jornalistas consagrados da geração precedente<sup>19</sup> apresentam perfil um tanto diverso. São indivíduos sem diploma de jornalismo – muitos não dispõem nem de título de ensino superior –, que aprendem a profissão na lida diária nas redações dos grandes jornais. Muitos entram na carreira em posição de pouco prestígio, tendo chegado à chefia de publicações de

18 *Alguns exemplos: Otavio Frias Filho publicou: Tutankaton (peças teatrais, 1991), Queda Livre (a obra condensa reportagem, autobiografia e observação antropológica, 2003), Livro da Primeira Vez (infanto-juvenil, 2004) Seleção Natural (2009). Participou, ainda, de duas coletâneas de contos para crianças: O Livro dos Medos (1998) e Vice-versa ao contrário (1993); Matinas Suzuki Jr. publicou o Livro das Vidas – Obituários do New York Times (coletânea de textos jornalísticos, 2008); Marcelo Coelho publicou: Jantando com Melvin (romance, 1998), Trivial Variado (reunião de textos jornalísticos, crônicas, 1998), dentre outros, e os infantis A professora de Desenho e Outras Histórias (1995) e Minhas Férias (1999).*

19 *Expoentes dessa geração: Mino Carta, Alberto Dines, Cláudio Abramo, Jânio de Freitas, Paulo Francis, dentre outros.*

importância (entre os anos 1950 e início dos 1960) devido à experiência acumulada em farejar e fazer grandes reportagens. O capital simbólico tradicional (MORAES, 2017) portado por esses jornalistas – produto de vivências, do “muito feito” e do “muito visto” (BERGAMO, 2011) –, as experiências vividas nas redações no período da ditadura militar e sua passagem por posições de prestígio e instâncias de consagração específicas nas esferas da literatura, da política e da universidade, além serem agentes ativos durante a fase anterior de modernização da imprensa, permite-lhes ocupar uma posição privilegiada como “[...] profissionais mais proeminentes da produção cultural no país.” (MORAES, 2017, p. 31).

Os jornalistas “veteranos” (MORAES, 2017) muito diferem da geração posterior, que detém um tipo de capital ligado à formação universitária. Estigmatizados como “alienados”, os “neófitos” (MORAES, 2017) possuem concepções diferentes sobre a profissão. É possível dizer que os jornalistas da FSP aqui mencionados fazem parte do grupo dos “neófitos”, entretanto, é importante sublinhar que o tipo de relação que têm com a cultura (suas pretensões culturais), a especificidade de sua formação, a ligação com a USP e com o movimento estudantil atuante em algumas de suas faculdades e escolas, confere-lhes certo olhar característico sobre a instituição.

Assim, a passagem pela USP é importante para caracterizá-los. O ambiente socialmente controlado da instituição, a qual possui um padrão de recrutamento mais ou menos homogêneo, atrai para seus cursos, principalmente os de ciências humanas, jovens de classe média (intelectualizada) ou de pequenas elites do interior do estado. Esse é o caso, por exemplo, de Matinas Suzuki Jr.:

Eu sou do interior e morei... Minha casa em Barretos era muito grande, era um quintal muito grande [...] Meu avô japonês era agricultor, meu avô por parte de mãe, que era brasileiro, era peão de boiadeiro mesmo, era um cara que vivia na estrada, tocando bois, essas coisas. E meus tios vêm dessa cultura [...] Eu morei em fazenda também, depois, em Araçatuba [...] Eu fui pra Faculdade de Filosofia, em 1974. Eu fui estudar filosofia, fazer filosofia, que era o que eu queria fazer. Mas aí entrou aquela lei da obrigatoriedade do diploma para jornalismo. Então, eu nunca tinha pretensão de ser jornalista, mas eu falava: “pô, filosofia ou eu vou ser professor ou vou ser nada, então deixa eu garantir algum outro emprego se caso não der certo essa história de ser professor de filosofia e tal”. E na época você podia fazer duas

escolas na USP, ao mesmo tempo, simultaneamente, hoje acho que não pode mais. Aí eu prestei o vestibular pra ECA e passei em jornalismo também, e fiquei durante três anos fazendo as duas faculdades [...] Meu pai segurava na mesada ali, não era uma mesada farta, mas dava pra quebrar o galho [...] (SUZUKI JR., 2013).

O pai de Matinas Suzuki Jr. era médico e escritor, como consta em obituário publicado na FSP, em 11 de outubro de 1999. Autor de *Memórias de um Vidente Obscuro*, uma autobiografia de 1997, Suzuki era descendente de imigrantes japoneses que chegaram ao Brasil em 1913. Na década de 1950, formou-se em medicina pela USP. Para manter-se nos estudos, dava aulas de desenho no Centro Caetano de Campos, em São Paulo, e fazia ilustrações para *O Estado de S. Paulo* (FSP, 1999).

O movimento estudantil é uma das formas de aglutinação dos estudantes na universidade e, no caso de alguns jornalistas da *Folha* citados, é particularmente central para a formação de redes de interconhecimento, que facilitam a contratação de novos quadros durante a fase de reforma do jornal nos anos de 1980. Em matéria sobre a corrente Liberdade e Luta (Libelu), a jornalista Cynara Menezes entrevista para o seu *blog* Caio Túlio Costa, que conta como funcionava a cooptação de jornalistas para a *Folha* de acordo com sua militância:

Por que havia tantos jornalistas na Libelu? Ao que tudo indica, porque a ECA (Escola de Comunicação e Artes) da USP estava tomada por eles. Caio Túlio, que deixou a militância ao sair da faculdade, em 1979, foi o responsável por levar muitos companheiros de tendência para a *Folha*. “O Otavio não era simpatizante da Libelu, mas gostava da ‘disciplina’ dos trotskistas. Ele era simpatizante da Vento Novo, uma corrente (*de centro*) que havia na São Francisco”, conta Caio Túlio. “Fui o primeiro Libelu contratado para começar a renovação do jornal, em 1981. E fui trazendo os melhores jornalistas que conhecia, o Matinas, o Conti (que estava confinado na Câmara dos Vereadores como setorista e eu trouxe para a Ilustrada e o Folhetim), o Rodrigo Naves, a Renata Rangel, o Zé Américo, a Cleusa Turra, o Bernardo Ajzenberg, o Ricardo Melo. Muita gente, não me lembro de todos... Cada um foi trazendo outros. Eram bons, muito bons”. (MENEZES, 2013).

Além disso, apesar de participarem de tendências diferentes, eles são socializados no mesmo ambiente acadêmico, envolvem-se nas mesmas discussões e debatem temas políticos. Enfim, estão na universidade na época em que o País caminha lentamente para a democracia e na qual o movimento estudantil está se reorganizando localmente, na USP, e

nacionalmente, com a refundação da União Nacional dos Estudantes (UNE), momentos que marcam a maneira como essa geração vive a experiência universitária, imprimindo-lhe características específicas.

Por estudarem na USP, conhecendo-a “por dentro”, os jornalistas consideram-se aptos a entrar nos embates com os intelectuais que caracterizam o caso da “lista dos improdutivos da USP”.<sup>20</sup> Ademais, vão além do relato de fatos e acontecimentos do espaço acadêmico, emitem uma opinião considerada crível pelo público por ser apresentada como resultado de uma visada ampla, objetiva, sobre o espaço de possibilidades que a cultura tem no Brasil e sobre qual o melhor caminho que ela deve trilhar: render-se ao mercado.

## **Notas finais: a fabricação da notícia – *doxa* e repercussões**

Quando analisamos as trajetórias dos jornalistas da FSP que tomam posição no caso da lista, percebemos que o conteúdo da *doxa* propalada por eles, o qual foi depurado mais acima, reflete a posição que procuram conservar e legitimar nos espaços jornalístico, cultural e, igualmente, no campo do poder.

Há, primeiramente, a necessidade desses jovens de se afirmarem perante a geração anterior, cujo prestígio é grande no campo. Para isso, assim que assumem cargos de chefia na FSP procuram reforçar os valores que permeiam o Projeto *Folha* que, segundo eles, são deixados de lado durante o período de politização da linha editorial do jornal e de liderança dos profissionais mais antigos. Assim, promovem o *slogan* de que o jornalismo deveria ser apartidário, independente e de serviço. Aspecto corroborado com a introdução, em 1984, do *Manual Geral da Redação*, buscando evitar redações prolixas e promovendo a padronização dos textos que saíam no jornal.

O embate de gerações na FSP tem feição idiossincrática devido às particularidades dos profissionais que tomam conta das principais posições na redação durante a década de 1980. As medidas de modernização da

---

<sup>20</sup> Para uma análise mais acurada dos debates, ver: CATANI, GUTIERREZ e FERRER (1999) e CHIARAMONTE (2015).

empresa – mudanças técnicas e troca de pessoal – são conduzidas segundo os valores propalados pelos profissionais e seguindo um “projeto ideológico”<sup>21</sup> (SILVA, 1988, p. 179), cujos fundamentos pretendemos expor aqui sumariamente.

Para os recém-chegados, a objetividade jornalística havia sofrido críticas, as quais indicavam que existiam diversas maneiras (subjetivas) de tecer uma narrativa e o jornalista escolhia apenas uma delas, geralmente a versão dominante<sup>22</sup>. Tendo isso em vista, buscam fazer “a crítica da crítica da objetividade”. Com isso, conforme pensam, pretendem parodiar e até mesmo homenagear o jornalismo da idade de ouro dos anos de 1950–1960, resgatando, em primeiro lugar, a dimensão factual do mundo registrado no jornal (o mundo para eles, então, é verificável além da linguagem). Eles não acreditam, assim, que é impossível ao repórter chegar a um relato objetivo e válido sobre o mundo (FRIAS FILHO, 1985).

Para resgatar a dimensão factual do mundo, é estabelecido um método de apreensão e registro da realidade, o qual, em sua opinião, dissipa o véu da ideologia. Em terrenos em que não há experiência factual, o método é levado a cabo pela “técnica do confronto”: “[...] no mundo das ideias e das versões, onde cada versão critica uma outra de forma que elas se combatem até que reste, algum dia, um esqueleto de verdade.” (FRIAS FILHO, 1985). Dessa maneira, para esses profissionais, o jornalismo pode ser entendido, também, como uma “técnica de conhecimento”, na qual a verdade aparece por meio do confronto.

De acordo com Carlos Eduardo Lins da Silva (1988), em livro que dissecou as fases e a ideologia do projeto levado a cabo na FSP como autor e participante, esse sistema de valores, métodos e técnicas serve como modo

21 O “projeto ideológico de jornalismo” da FSP, conforme Silva (1988, p. 179), constitui-se na justificação e na legitimação, “pelo menos aos olhos de quem a implementa, [d]a política de organização interna das relações de produção de informações”, a qual ficou conhecida como o Projeto Folha. Silva (1988, p. 179) esclarece: “não que a ideologia jornalística do projeto exista para dar embasamento teórico às modificações introduzidas nas relações de trabalho da redação. Mas é que as duas coisas andam juntas, sem possibilidade de separar-se, uma exercendo influência permanente e decisiva sobre a outra, uma contribuindo para que a outra se estabeleça e fortifique”.

22 Para esses jornalistas, a “versão dominante” era aquela que atendia aos valores e ideologias dos grupos dominantes da sociedade, dos burgueses, dos capitalistas, do dono do jornal para o qual trabalhavam.

de legitimar o exercício do poder e, ao mesmo tempo, permite que os jornalistas “traçassem roteiros de ação para o seu mandato” (SILVA, 1988, p. 180):

Jovens, inexperientes em função de comando, politizados, esses jornalistas não dispunham de outras fontes de legitimação (como o carisma pessoal ou a fama obtida no passado) que na tradição da imprensa brasileira justificam o poder de chefes de redação sobre o conjunto dos jornalistas de um veículo.

O “projeto ideológico” (SILVA, 1988, p. 179) dos jornalistas da FSP também se evidencia nos documentos do Conselho Editorial publicados periodicamente<sup>23</sup>. Do ponto de vista da análise ora proposta, interessa-nos o texto de 1985, intitulado *Novos rumos*, particularmente as considerações ali feitas sobre a redemocratização do País. De acordo com os jornalistas que elaboram o documento, depois da implantação da democracia, o espaço público, que no período militar era dicotômico e fechado, abre-se para múltiplas possibilidades e perspectivas, colocando novos desafios ao jornal: “[...] de agora em diante, o crime será cada vez mais apenas o crime, o cientista terá que se preocupar cada vez mais com a sua ciência e o jornal, mais do que nunca, volta a valer antes pelo que ele é como jornal do que pela sua atitude em face de uma conjuntura”<sup>24</sup>.

Para os jovens jornalistas, as certezas ditadas pela luta contra a ditadura se transformam em dúvidas no que diz respeito ao que ocorre nos outros espaços que também estão se reorganizando internamente, de forma que somente a crítica dirigida contra tudo e contra todos, independentemente se o alvo criticado era um aliado seu de outrora, poderia aproximar o periódico da verdade. Somado a isso acha-se o fato de que o jornalismo é entendido pelos *yuppies*-jornalistas como uma forma de conhecimento, ditado pelas necessidades de produzir e formar a opinião do leitor/cidadão sobre o que ocorre no novo contexto. Assim, é possível compreender o modo como foi conduzido pelo jornal o “caso da lista dos improdutivos”.

Em depoimento à tese de Carlos Alberto Furtado de Melo (1996), Otavio Frias Filho comenta esse processo de afastamento do jornal em relação a outros grupos:

<sup>23</sup> Para uma análise detalhada desses documentos, ver: CHIARAMONTE (2015, p. 122 ss).

<sup>24</sup> Para saber mais, ver: FOLHA DE S. PAULO [2018].

Foi um dos problemas mais graves do período inicial da minha gestão na redação [...] foi como o jornal poderia fazer para se autonomizar, para se tornar independente desses grupos. Quer dizer, com a situação em termos de democracia representativa, houve a preocupação com que o jornal não viesse a se transformar, com o tempo, numa mera correia de transmissão desses grupos organizados na antiga oposição ao regime militar. Daí então a *Folha* teve uma série de contenciosos: teve contencioso com a chamada igreja progressista, teve contencioso, muitos contenciosos, com o PT, com o movimento sindical... Inclusive no âmbito interno nós tivemos uma verdadeira guerra com o sindicato dos jornalistas no período de 84, 85, 86... **Tivemos, a seu tempo, um contencioso com a USP, configurando no episódio da lista dos improdutivos...** Então tivemos esses episódios que eu estou acabando de mencionar, retrospectivamente [...] claro que a intenção consciente na época não era essa, mas o efeito histórico retrospectivo desse projeto, dessa imagem, você pode ver nesses episódios como momentos do processo pelo qual o jornal foi-se autonomizando em relação a seus aliados tradicionais. (FRIAS FILHO, 1996, p.189–190; grifo nosso).

Ao lançarmos um olhar sociológico sobre como foi divulgada a lista e sobre os escritos daqueles que defenderam a sua publicação, percebemos, entretanto, que há não só a defesa da posição conquistada pela geração mais jovem. A oposição aos docentes manifesta a tentativa de legitimar a dominação da FSP no campo do jornalismo e suas injunções no campo cultural. Os jornalistas entendem que a *Folha* produz conhecimento (o jornalismo como forma de conhecimento) e cultura.

Embutida na crítica à cultura e ao conhecimento produzidos pela USP (e pelas demais organizações culturais financiadas pelo Estado) encontra-se uma visão específica sobre o modo como as instituições brasileiras devem ser conduzidas. Nesse sentido, o mercado desponta como favorito para tomar as suas rédeas. De forma dinâmica, moderna, criativa e responsável, ele coloca sua mão invisível sobre as instituições, trazendo-as para o presente e levando-as para o futuro. Nos escritos dos jornalistas é perceptível, assim, um rechaço ao Estado, o que, no momento da redemocratização, alimenta a *doxa* de modernização daqueles que pendem mais para o mercado.

A legitimidade que esses jornalistas adquirem com o público leitor para falar da USP desdobra-se em outros momentos perceptíveis de verificação de uma mesma forma de constituir o fato jornalístico e tendo como pano de fundo o papel do Estado, por exemplo, a construção da ideia de que as universidades públicas são antidemocráticas, pois elas são frequentadas por uma minoria da população que poderia pagar, fornecendo ao leitor



um pacote de dados objetivos que englobam estatísticas, depoimentos de alunos, percepção do público que não consegue uma vaga, entre outras formas de prova e crítica. Talvez isso possa demonstrar como o Projeto *Folha* “vingou” ao posicionar o jornal no polo dominante do campo jornalístico e ao colocá-lo como ator influente no campo do poder, justamente por atuar na produção de uma visão de mundo. Assim, revelar a ação dóxica significa demonstrar em que medida o jornalista utiliza princípios políticos em suas práticas de produção da notícia.

## Referências

- ABREU, A. A. de. **A modernização da imprensa, (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- BERGAMO, A. Reportagem, memória e história no jornalismo brasileiro. **Mana**, [S.l.], v. 17, n. 2, p. 233–269, 2011.
- BOURDIEU, P. **The state nobility: elite schools in the field of power**. Cambridge: Polity Press, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Les structures sociales de l'économie**. Paris: Seuil, 2000.
- \_\_\_\_\_. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: EDUSP, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- CALDEIRA, J. Diretor da Fapesp mostra como a avaliação pode funcionar. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. A18, 2 mar. 1988.
- CAPELATO, M. H.; MOTA, C. G. **História da Folha de São Paulo, (1921-1981)**. São Paulo: Impres, 1981.
- CATANI, A. M.; GUTIERREZ, G. L.; FERRER, W. M. H. O jornal Folha de São Paulo e a lista dos improdutivos da USP. In: DOURADO, L. F.; CATANI, A. M. (Org.). **Universidade pública: políticas e identidade institucional**. Campinas: Autores Associados; Goiânia: Editora da UFG, 1999.
- CHAMPAGNE, P. **La double dépendance: sur le journalisme**. Paris: Raisons d'Agir, 2016.
- CHIARAMONTE, A. R.. **Lutas simbólicas e doxa: jornalistas e acadêmicos no caso da lista dos improdutivos da USP**. 214 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, São Paulo, 2015.
- COELHO, M. Sine ira et studio. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. A3, 6 mar. 1988.
- DINES, A. Entrevista concedida a Alzira Alves de Abreu e Fernando Lattman-Weltman. [3 e 29 dez. 1997]. In: ABREU, A. A. de; LATTMAN-WELTMAN, F.; ROCHA, D. (Org.). **Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 75–175, 2003.

FOLHA DE S. PAULO. Novos Rumos. Depois da redemocratização. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, [2018]. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/projetos-1985-1.shtml>>. Acesso em: 30 maio 2018.

\_\_\_\_\_. Pai de Matinas Suzuki morre sem concluir segundo livro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 4, 11 out. 1999.

FRIAS FILHO, Otavio. A crítica da crítica da objetividade. **Folha de S. Paulo**, p. 41, 27 jul. 1985.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida a Alzira Alves de Abreu e Fernando Lattman-Weltman, [8 dez. 1997]. In: ABREU, A. A. de.; LATTMAN-WELTMAN, F.; ROCHA, D. (Org.). **Eles mudaram a imprensa**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 352–384, 2003.

FROMER, A. Pesquisa na USP mostra que ¼ dos docentes nada produz. **Folha de S. Paulo**, p. A28, 21 fev. 1988.

GHEDINI, F. B. **Os jornalistas e o Sindicato no Estado de São Paulo**: entre o distanciamento e o desejo de mudança. 2012. 463 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. USP, São Paulo, 2012.

GRÜN, R. Escândalos, tsunamis e marolas: apontamentos e desapontamentos sobre um traço recorrente da atualidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 26, n. 77, p. 151–248, out. 2011.

HEY, A. P. **Esboço de uma sociologia do campo acadêmico**: a educação superior no Brasil. São Carlos: EdUFSCar; São Paulo: FAPESP, 2008.

\_\_\_\_\_. Les débats sur l'enseignement supérieur: disputes académiques ou querelles politiques? **Cahiers du Brésil Contemporain**, Paris, n. 57-60, p. 283–302, 2005.

LEITE, R. C. de C. Produção norteia avaliação no mundo desenvolvido. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. A29, 21 fev. 1988.

MELO, C. A. F. de. **Imprensa e democracia**: a transformação da Folha de S. Paulo e a criação do Partido dos Trabalhadores. 1996. 208 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. PUC, São Paulo, 1996.

MENEZES, C. **Qual era a onda da Libelu?**, 24 set. 2013. Disponível em: <<http://www.socialistamorena.com.br/qual-era-a-onda-da-libelu/>>. Acesso em: 18 maio 2018.

MORAES, V. de. **A elite dos jornalistas brasileiros**: estratégias de legitimação. 2017. 481 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. UFSC, Florianópolis, 2017.

NIEMIETZ, C. de L. **Nova República, novo jornal**: disputas pela legitimação do jornalismo da Folha de S. Paulo na redemocratização. 2017. 141 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, São Paulo, 2017.

NUNES, A. Augusto Nunes. Entrevista concedida a Alzira Alves de Abreu e Fernando Lattman-Weltman. [22 jan. 1998]. In: ABREU, A. A. de; LATTMAN-WELTMAN, F.; ROCHA, D. (Org.). **Eles mudaram a imprensa**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 286–343, 2003.

PATURY, F. Jornal cresce e se torna grupo de mídia. [2011]. **Folha de S. Paulo**, São Paulo. Disponível em: <[http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/grupo\\_folha.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/grupo_folha.shtml)>. Acesso em: 18 maio 2018.

PINTO, L. **Le café du commerce des penseurs**: à propos de la doxa intellectuelle. Bellecombe-en-Bauges: Éditions du Croquant, 2009.

PORTAL BRASIL. **Salário Mínimo**. [2017]. Disponível em: <<http://www.portalbrasil.net/salariominimo.htm>>. Acesso em: 5 mar. 2017.

SILVA, C. E. L. da. **Mil dias**: os bastidores da revolução em um grande jornal. São Paulo: Trajetória Cultural, 1988.

SUZUKI JR. M. O centrão da USP. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. A3, 4 mar. 1988.

\_\_\_\_\_. **Entrevista concedida à radio Trip FM**. Trecho de entrevista. [13 dez. 2013]. Disponível em: <<http://revistatrip.uol.com.br/trip-fm/matinas-suzuki-junior.html>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

## May USP rest in peace! Symbolic disputes between journalists and academics at the late 1980s

### Abstract

The article analyses the contentions by legitimacy between journalists and academics at the late 1980s, in Sao Paulo. Having as a heuristic resource the case of the “list of the unproductive,” the approach focuses on the conflicts centered on symbolic production, i.e., the unique view regarding the things of the world. Emphasis is given to the creation of a doxa which opposes the State to the market by Folha de S. Paulo journalists. The conflict reveals aspects of the disputes in the cultural and power fields during redemocratization, because the State having a negative connotation and the market positive. It realizes that journalism was successful in the production and diffusion of a doxa for having a central role in this period, both in the formation of spaces for debate and in giving voice and launching agents formerly excluded from public life. It shows that Folha to modernize, through the action of journalists new arrival at the press, delegated to itself the function to form the public opinion (the audience). Producing a new type of knowledge that emerges through confrontation, it marks the newspaper as an active actor in the contemporary cultural field.

**Keywords:** Journalism, Redemocratization. University of São Paulo, Folha de S. Paulo, Doxa

Recebido em: 21/05/2018

Aprovado em: 08/07/2018